

Projeto de Lei nº. 396/20

RONDÔNIA  
Legislativa

19 FEV 2020

Protocolo:

Processo:



Governo do Estado de

RONDÔNIA

AO EXPEDIENTE

Em: 18 FEV 2020



Presidente

Recebido, Atue-se o  
Inclus em nota.

19 FEV 2020

SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

13h32min

14 FEV 2020

Loarwinia

Servidor(nome legível)

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Ínclita Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 65, inciso III da Constituição do Estado, o Anexo Projeto de Lei que "Altera o artigo 1º da Lei nº 3.910, de 14 de outubro de 2016."

Nobres Parlamentares, o Projeto de Lei em apreço tem por objetivo promover o reajuste do Auxílio-Alimentação da Secretaria de Estado da Saúde para R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), ou seja, um aumento de R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais) em relação ao valor pago atualmente, estabelecido pela Lei nº 3.910, de 14 de outubro de 2016.

O escopo essencial deste reajuste é assegurar a valorização de todos os servidores da Secretaria de Estado da Saúde que integram seus quadros, conforme prática já adotada por várias outras Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, além do que o avanço na consolidação de uma gestão pública responsável e comprometida com os profissionais direta ou indiretamente ligados aos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS.

Ademais, é mister mencionar que a presente concessão é uma reivindicação de todos os sindicatos representativos das categorias trabalhistas que atuam na Secretaria de Estado da Saúde, bem como do Governo Estadual em um grande esforço, em função das condições financeiras, atendeu a demanda, de forma profícua, para valorização de todos os profissionais que se encontram lotados nesta Secretaria.

Ressalto, que a Propositura causará um impacto orçamentário e financeiro mensal em torno de R\$ 1.063.814 (um milhão, sessenta e três mil e oitocentos e quatorze reais), considerando que o aludido auxílio, somente é assegurado aos servidores em efetivo exercício na sede administrativa e nas unidades de saúde pertencentes ao Grupo Ocupacional Saúde, do Governo do Estado de Rondônia, que nesta data totalizam 6.733 (seis mil setecentos e trinta e três) servidores, podendo sofrer alterações, tendo em vista que estamos em fase de convocação do Concurso Público regido pelo Edital nº 013/2017, que se encontra em vigência.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo que seja adotado o Regime de Urgência nos termos do artigo 41 da Constituição do Estado, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 14/02/2020, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código



verificador **9748908** e o código CRC **E1B6EC08**.



Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0036.013479/2020-99

SEI nº 9748908





Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**



GOVERNADORIA - CASA CIVIL  
PROJETO DE LEI DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera o artigo 1º da Lei nº 3.910, de 14 de outubro de 2016.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 3.910, de 14 de outubro de 2016, que " Autoriza o Poder Executivo a conceder Auxílio-Alimentação no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU", passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Auxílio-Alimentação aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, lotados e em efetivo exercício na sede administrativa e nas unidades de saúde estaduais, no valor mensal de R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), com caráter indenizatório.

.....”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 14/02/2020, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **9749267** e o código CRC **A02820FF**.

Referência: Caso responda este Projeto de Lei, indicar expressamente o Processo nº 0036.013479/2020-99

SEI nº 9749267